

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO (CMDU) – BIÊNIO 2023-2025 – 13/12/2023**

Às nove horas e trinta e cinco minutos, do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2023-2025. Ressalta-se que às nove horas não havia quórum, portanto a reunião foi iniciada às nove horas e trinta e cinco minutos com os participantes presentes, em segunda chamada. Estavam presentes os membros relacionados na lista de presença anexa. O presidente do CMDU, Arq. Glaucus Renzo Farinello, iniciou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Lembrou os presentes da antecipação da reunião, considerando as festas de final de ano. A reunião foi desenvolvida com a seguinte pauta: 1. Aprovação da ata da reunião ordinária anterior e da primeira extraordinária, previamente encaminhadas por e-mail. Como não houve nenhuma manifestação, foi dispensada a leitura das referida atas, sendo aprovadas por unanimidade. 2. Rediscussão sobre o Distrito Criativo onde o presidente explicou atualização da discussão sobre a região central. Informou sobre nova proposta, fruto de discussões entre empresários e a SEECTUR. Falou sobre a criação de novo corredor especial de logradouro, contendo novos tipos de uso. O Presidente informou que não haveria apreciação na reunião de hoje, e que irão apresentar essa nova minuta em janeiro, abriu para sugestões do conselho, não havendo manifestação, seguiu para o próximo item da pauta. 3. Deliberação do PA 11.617/23-39 referente à alteração de uso em áreas gravadas como Zeis-2. Presidente anunciou que o Processo está suspenso devido a liminar do judiciário, que solicita transparência no processo. O Presidente informou que o executivo prontamente vai responder a todos os questionamentos. Reforçou o compromisso da prefeitura nos procedimentos do processo, executado com total transparência. Lembrou que foram feitas audiências públicas e que o mesmo foi aprovado no CMH. Presidente abriu a palavra para os conselheiros que tiverem dúvida quanto ao procedimento. Sr. Lucas Muniz Elias Teixeira, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de SP - SINDUSCON pediu a palavra e sugeriu que a liminar é devida, porém entende que o processo está em tramitação a um ano. E que não falta transparência, estando correto dentro do conselho. Por fim sugeriu uma votação a favor ou contra dos conselheiros. Presidente esclareceu que a liminar impede esse tipo de votação e que vai trazer para discussão assim que a

liminar cair. Sr. Frederico da Costa Marins da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos – AEAS pediu a palavra e perguntou se após atender a liminar, o processo volta à discussão. O Presidente prontamente respondeu que sim. Sr. Luiz Pereira dos Santos da Frente por Moradia da Baixada Santista pediu a palavra e explanou que acha justa a suspensão do processo. Que desde o início luta por esclarecimentos. Sra. Maria Gorete de Sousa Gomes da Associação Habitacional Santa Maria Goretti – AHASMG pediu a palavra informando não concordar com o Sr. Luiz. O Presidente esclareceu que a liminar não questiona o processo, mas sim o procedimento adotado. Sra. Thais Polydoro Ribeiro do Instituto Elos pediu a palavra e lembrou dos incêndios em 2022. Informou que o terreno se trata de uma área da união, que foi vendida através de leilão. Que esse terreno tem história de luta por habitação, que tem vocação de ZEIS. Que a prefeitura não atendeu aos índices de habitação do ODS e que essa era uma oportunidade de juntar tudo isso em uma única solução, sem mudar a legislação. Que se desgravar de Zeis, deixará pessoas em palafitas e morros. Presidente Glaucus esclareceu que Zona Noroeste e Morros não são periferia. Que a prefeitura tem inúmeros projetos. Citou todo o São Manoel, para fixação das famílias, Novo PAC - periferia viva, Pantanal, e Vila Alemoa. Que a prefeitura entregou o Tancredo com 1120 unidades. Lembrou do recurso de 15 milhões para o conjunto Vila Sapo. Observou que existem muitos projetos para demanda dirigida, que está faltando projetos para atender aos movimentos de moradia, com sorteio. Sr. Lucas pediu a palavra novamente e disse que o terreno, citado pela Sra Thais, está em discussão desde 1950. Que a união repassou o terreno para a prefeitura, que não executou projetos, voltando então para a União. Que no local existem outras instituições. E que não vai desgravar, mas mudar o uso. E que é a favor das pessoas ficarem onde estão. Sra. Samara Nishino Bueno de Freitas do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo - SASP pediu a palavra, afirmou que o assunto do processo é desgravar a ZEIS e não alteração do uso. Entende que o problema é abrir precedente, como exemplo uma indústria na orla. Sobre a transparência, não ouve a publicação das atas a tempo nas discussões. Citou ainda que o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB não tem previsão para habitação. Presidente Glaucus lembrou sobre aporte no FUNDURB para remoção de famílias da Mantiqueira, e alteração da lei do Fundo para melhor utilização do mesmo. O Sr. Marinésio, que faz parte de movimentos de moradia, falou sobre sua última participação em reunião deste conselho, apoiando a opinião do Sr. Carriço

que, na época, falou que a desgravação de ZEIS é uma forma implícita de preconceito com as famílias da ZN, que ele deveria ser ouvido. Afirmou que já havia afirmado no CMH que tudo terminaria nos tribunais, e que pelo andar da carruagem, mesmo esclarecendo todos os pontos, tudo pode demorar anos. O Arquiteto Glaucus afirmou que, mesmo o processo suspenso, deve haver debates, para tanto existe o rito. Lembrou novamente de construções que fomentam sim as áreas mais nobres ratificando a importância da diversidade de moradias. A senhora Samara perguntou se a ata publicada estava aprovada. O senhor Glaucus lembrou que o rito da audiência não delibera a questão, o intuito é escutar a população. A arquiteta Veridiana ratificou que as atas do CMDU, assim como a transcrição da audiência do referido tema estão disponíveis no site da prefeitura. Finalizando, item 4. Assuntos gerais, nada houve a acrescentar. Não havendo nenhuma outra manifestação, o presidente agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às dez horas e trinta e cinco minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Gunther Graf Junior _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Glaucus Renzo Farinello _____ presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.